

APONTAMENTOS SOBRE O POVOAMENTO DE ÉPOCA ROMANA NO CONCELHO DA CHAMUSCA (SANTARÉM, PORTUGAL)

Raquel Lázaro¹

Resumo:

O artigo que se segue tenta demonstrar, ainda com dados muito preliminares, o povoamento da época Romana existente no Concelho da Chamusca (Santarém, Portugal). Este território em causa encontra-se até ao momento por estudar no que diz respeito a este período, e as referências relativamente ao mesmo são escassas e encontram-se dispersas pela bibliografia. Os dados que aqui se apresentam resultaram de um estudo efetuado através da análise das fontes bibliográficas e recolha de informação oral, que foram confirmadas através de trabalhos de prospeção aos locais identificados. Os resultados obtidos possibilitaram a identificação de 41 sítios arqueológicos e com potencial arqueológico atribuído ao período Romano, podendo demonstrar de uma forma linear e geral o povoamento Romano neste território.

Palavras-chaves: Ribatejo, Inventário, Romanização, Património Arqueológico.

Abstract:

The article that follows attempts to demonstrate, still with very preliminary data, the settlement of the Roman period in the municipal district of Chamusca (Santarém, Portugal). The area in question is currently found for studying in regard to this period, and the references for the same, are scarce and are dispersed throughout the bibliography. The information presented here are the result of a study carried out by analyzing bibliographic sources and the gathering of oral testimony, that have been confirmed through prospecting work to selected locations. The results obtained allowed the identification of 41 archaeological sites and potential sites attributed to the Roman period. This way it is possible to demonstrate a linear and generally Roman settlement in this territory.

Key-words: Ribatejo, Inventory, Romanization, Archaeological Heritage.

¹ Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa (IEM/FCSH-UNL)
raquel.m.s.l@hotmail.com

1. Descrição e delimitação das metodologias de trabalho aplicadas

Os dados aqui apresentados correspondem ao capítulo dedicado ao povoamento em época Romana, incluído no Relatório de Mestrado intitulado de “Inventário e Valorização do Património Arqueológico do Concelho da Chamusca – Da época Romana à época Moderna” apresentado e defendido em novembro de 2015 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O objetivo principal deste estudo foi proceder à elaboração de um documento síntese sobre o património arqueológico existente no território que corresponde ao Concelho da Chamusca, possibilitando dessa formar a elaboração de uma leitura integral desse mesmo território no que corresponde à população humana e, ainda, contribuindo diretamente para a salvaguarda, proteção, conservação, valorização e divulgação deste tipo de património. O levantamento efetuado compreendeu-se entre as cronologias de época Romana até à época Moderna, terminando no séc. XVIII.

O estágio que levou à elaboração desse relatório foi efetuado na Câmara Municipal da Chamusca, contando com a total parceria e apoio direto da autarquia para a elaboração deste inventário, que passou, necessariamente, por 3 fases essenciais e principais para a sua concretização.

Uma primeira fase, de trabalho de pré-campo ou *trabalho de gabinete*, onde se realizou uma recolha exaustiva de informação na documentação bibliográfica sobre o território em questão, para recolher e reunir o máximo de dados que se encontravam dispersos na documentação já publicada com menções referentes a sítios arqueológicos e a locais com potencial interesse arqueológico. Os poucos estudos de cariz arqueológicos e referências arqueológicas que dispomos foram produzidos através de descobertas pontuais, na sua maioria elaborados por autores locais. Completando os dados recolhidos com a consulta bibliográfica, e de fontes, foi fundamental e importante proceder, também, à consulta de toda a documentação cartográfica existente atualmente do território do Concelho em estudo. Outra fonte de informação privilegiada neste estudo foram, sem dúvida, as fontes orais, devido às características rurais e agrícolas do território, é na população que se encontram muitas das informações mais atuais e reais dos vestígios arqueológicos.

A segunda fase passou, indispensavelmente, pelo trabalho de campo. Este foi caracterizado pela elaboração de um tipo de prospeção de caráter e registo não intrusivo, utilizando maioritariamente o tipo extensivo, porque apenas foram percorridos locais previamente selecionados como espaços arqueológicos ou com potencial arqueológico.

Numa terceira fase, o denominado trabalho pós-campo, foram preenchidas fichas de inventário, tendo por base a Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico da DGPC (Direção Geral do Património Cultural), e modificados e ajustados alguns campos para este estudo específico. Cada Ficha de Inventário inclui, também, o registo cartográfico e fotográfico de cada sítio. Procedeu-se à elaboração de uma base de dados, e à informatização dos dados recolhidos nas fases anteriores. Com a informatização dos dados, foi possível proceder ao cruzamento de dados, nomeadamente em SIG (Sistemas de Informação Geográfica), podendo assim ter uma visão geográfica dos locais identificados dos diversos períodos históricos, delimitando um mapa introdutório do povoamento humano no Concelho da Chamusca.

Os dados arqueológicos recolhidos durante o estágio possibilitaram elaborar dois tipos de análises fundamentais para o conhecimento do património arqueológico existente no Concelho da Chamusca. Foi possível efetuar uma análise quantitativa dos dados preenchidos na fichas de sítio, colaborando diretamente para a compreensão do estado atual do património arqueológico, a par de uma leitura preliminar do território através de padrões de ocupação para os períodos em que incidiram o inventário, ficando assim com uma melhor compreensão da ocupação humana neste Concelho.

2. Características geográficas do Concelho da Chamusca

O Concelho da Chamusca localiza-se no distrito de Santarém, na Região natural do Ribatejo, onde é possível encontrar uma paisagem marcada, pela Lezíria e pela Charneca.

Com uma área total de 746 Km², é composto por 5 freguesias (Carregueira, União das Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande, Ulme, Vale de Cavalos e União das Freguesias de Parreira e Chouto). O Concelho encontra-se delimitado a Norte e Noroeste pelo rio Tejo, a Nordeste pelo Concelho de Constância, a Este pelo Concelho

de Abrantes, a Sudeste pelo Concelho de Ponte de Sor, a Sul pelo Concelho de Coruche, a Sudoeste pelo Concelho de Almeirim, e a Oeste pelo Concelho de Alpiarça.

Localizado na Bacia do Tejo e Sado, os terrenos deste Concelho são, na sua maioria, compostos por uma cobertura cenoantroposóica, divididos em aluviões modernos; depósitos de terraços fluviais; conglomerados pliocénicos; argilas e arenitos do miocénico superior (GOMES, OOSTERBEEK e GRAÇA, 2004: 212-213; GONÇALVES, 1979; RIBEIRO, *et al.*, 1987: 193-194). Estes terrenos correspondem na sua totalidade à Charneca, com zonas que chegam aos 190 metros de altitude (S.A., 1995: 60). No limite Norte do Concelho existem afloramentos rochosos do Maciço Hespérico onde predominam o granito e o gnaisse, diferenciando-se dos restantes terrenos (GOMES, OOSTERBEEK e GRAÇA, 2004: 212).

Todo o Concelho é servido por uma vasta rede hidrográfica, com várias linhas de água como, por exemplo, a Ribeira de Ulme; e rico em recursos hídricos subterrâneos inseridos na Bacia Terciária do Tejo e Sado. Destacamos que a zona Norte tem menos drenagem que a zona Sul, por esta ser marcada pelas altitudes mais baixas e pela presença do Tejo alagadiço. Estes fatores hidrogeológicos contribuíram diretamente para a fixação de comunidades ao longo dos tempos neste território, devido aos bons solos agrícolas (COELHO, 1995).

Zona do território português denominada como *Ribatejo*, é caracterizada também pelo seu *tipo climático do Ribatejo* (RIBEIRO, *et al.*, 1888: 456), (...) *um Inverno chuvoso, «atlântico», e um estio «mediterrâneo» caracterizado pela estabilidade do tempo quente e seco.* (...) (RIBEIRO, *et al.*, 1888: 485). Este tipo de clima é propício à existência e proliferação de uma vegetação xerófila na zona da Charneca, juntamente com a ocorrência de zonas florestadas (pinheiro, eucalipto e montado de sobro) e uma clara predominância do solo silvícola; sendo que nos vales das ribeiras é possível encontrar a ocorrência de culturas hortícolas e hortofrutícolas, por este solo ter melhor aptidão agrícola do que os restantes solos na Charneca (S.A., 1995: 62). Quando falamos da Lezíria deparamo-nos com campos inundáveis localizados na margem esquerda do rio Tejo, onde a formação de aluviões devido ao depósito de sedimentos fluviais e clásticos, tornam aquelas planícies propícias a inundações em zonas extremamente férteis e, consequentemente, de uma elevada produtividade agrícola (S.A., 1995: 61-62).

3. Análise Gráfica dos Dados

Dos 136 sítios que inserem o inventário já descrito, 41 deles correspondem a sítios, ou possíveis sítios, e achados arqueológicos que correspondem ao período Romano. Esses 41 sítios correspondem a uma percentagem de 30% do total acima indicado (Gráfico 1).

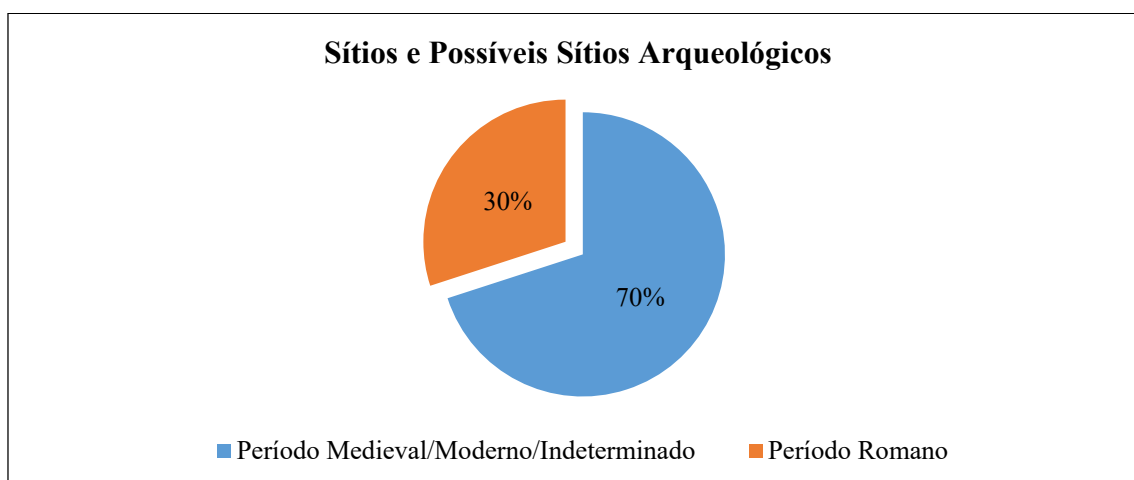


Gráfico 1 - Número sítios/vestígios arqueológicos segundo o período cronológico atribuído.

A existência desta percentagem de sítios e possíveis sítios arqueológicos ligados ao período Romano podem ser encarados de várias formas, mas neste caso específico um dos fatores principais é sem dúvida o interesse da população local pelos vestígios deste período. Esse interesse suscitou não só a elaboração de estudos locais sobre os vestígios romanos mas, também, a que a população durante vários anos recolhesse vestígios e informações que possibilitaram a identificação de sítios e artefactos deste período. Este fato, encontra-se diretamente ligado às características rurais e agrícolas que caracterizam todo este território.

Os dados recolhidos para este período não nos permitiu elaborar uma cronologia mais fina, devido não só as características dos materiais identificados mas, também, à falta de informação bibliográfica. Os materiais que foram tidos em conta neste estudo para proceder à identificação de sítios e possíveis sítios arqueológicos de época Romana centraram-se, não só, em materiais e objetos que identificaram sítios referidos na bibliografia (tais como moedas, epígrafes, estruturas ou cerâmica de importação), mas também, a existência de objetos arqueológicos visivelmente incorporados no período de ocupação Romana, destacando entre estes a existência de

tegula e o *imbrex* no local. Outro fator em conta foi sem dúvida a posição geográfica dos locais inventariados.

Para a elaboração de uma identificação mais precisa será necessário proceder a mais estudos arqueológicos aprofundados e, naturalmente, a intervenções arqueológicas.

As 41 evidências arqueológicas foram depois divididas por vários tipos de sítio, dependendo das características que apresentavam, sendo possível identificar cerca de 10 tipos de sítios arqueológicos diferenciados nas respetivas Fichas de Inventário individuais (Gráfico 2).

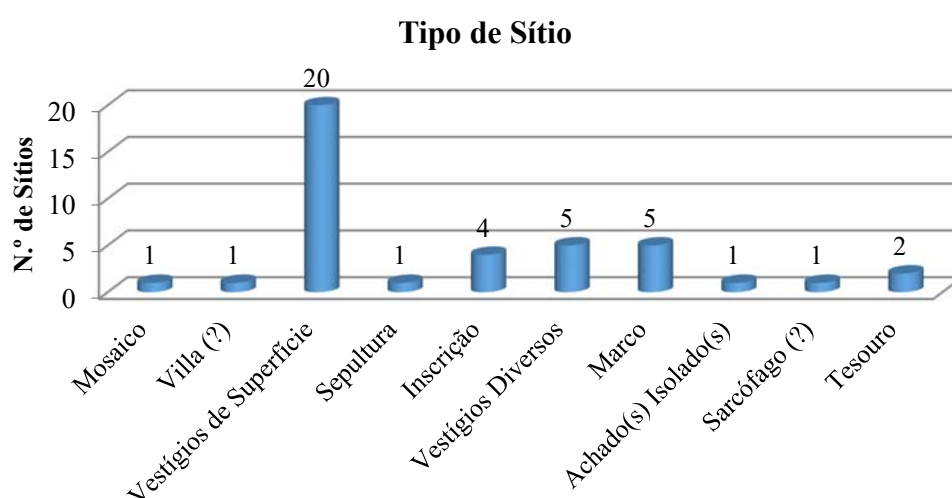


Gráfico 2 – Tipologia de sítios e possíveis sítios arqueológicos identificados.

Os tipos de sítios a cima apresentados correspondem à adaptação da lista de Tipo de sítios apresentada pelo *Thesaurus* do Endovélico – Inventário da DGPC. É possível observar que a categoria *Vestígios de Superfície* se destaca (20 sítios), devido muito às informações recolhidas e verificadas que apresentavam à superfície dos sítios cerâmica comum, *tegula* e *imbrex*. Em 5 sítios verificamos a categoria de *Vestígios Diversos*, onde dá para perceber a existência, não só, de vestígios de superfície, mas também, outro tipo de objeto associado ou uma estrutura. Destacamos neste gráfico a existência da informação de 5 *Marcos*, sendo neste caso marcos miliários que se ligam diretamente com o traçado das *vias* que atravessavam o Concelho.

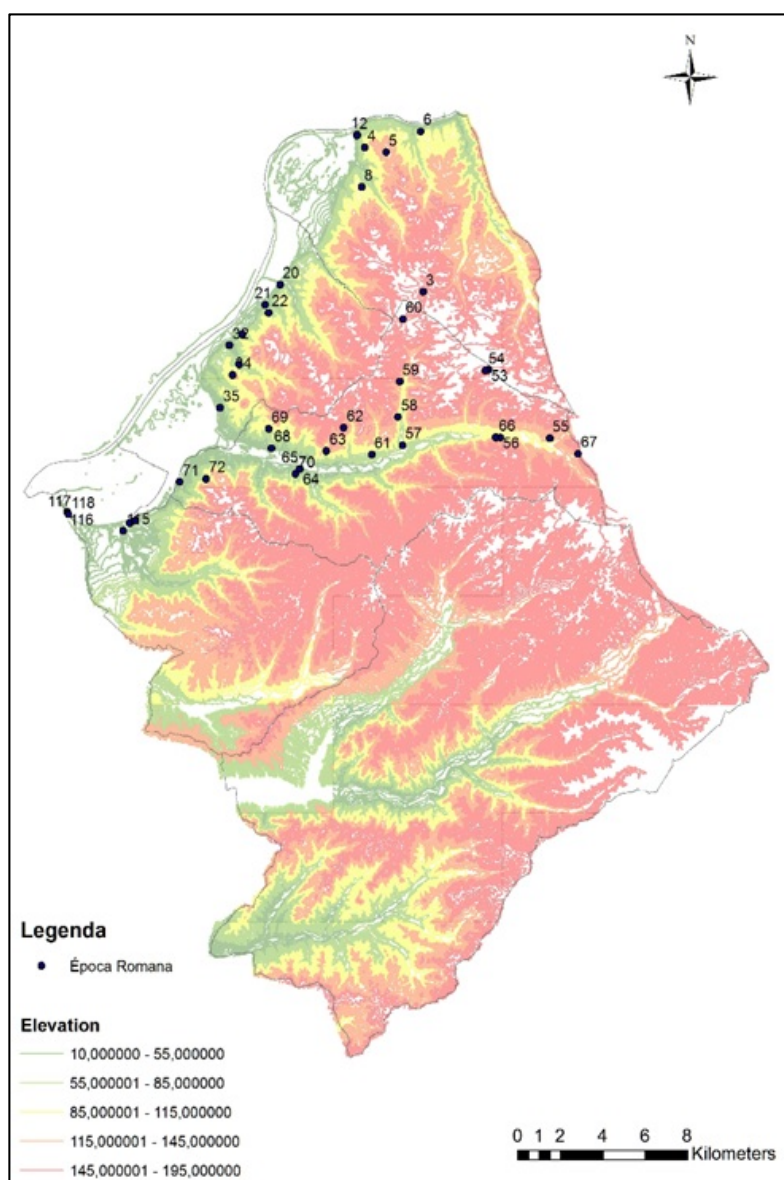
Os dados iniciais que aqui apresentamos são ainda muitos escassos e de difícil análise, pela falta de estudos e informações para este período, em particular neste território, despertamos para variadíssimas hipóteses, possibilidades e questões.

Levando-nos a que não seja possível, sem aprofundar o conhecimento, confirmar ou infirmar qualquer teoria ou conjuntura.

4. O povoamento em Época Romana no Concelho da Chamusca

Com base nos dados anteriormente apresentados, passamos agora a proceder em linhas gerais a algumas conclusões ainda que breves, da informação que dispomos atualmente.

Analisando o seguinte mapa (Mapa I), é possível observar que em toda a área Sul do Concelho não se encontram registos de vestígios arqueológicos de época Romana.



Mapa 1 - Localização dos Sítios Arqueológicos no Concelho da Chamusca da Época Romana.

A principal razão para este fato deve-se à zona Sul deste território não ter sido alvo de nenhum estudo ou publicação local que privilegie o período aqui apresentado. Também não foi possível obter qualquer informação adicional sobre a possível existência de algum vestígio atribuído a essa época. Contudo, não podemos deixar de salientar o seu potencial arqueológico, pois, certamente, com estudos mais aprofundados e específicos o número de vestígios arqueológicos de época Romana irá aumentar. Neste sentido, deu-se início ao projeto da Carta Arqueológica da Chamusca, investigação que começou no princípio do corrente ano, e resultou de um protocolo entre o Município da Chamusca e a Centro Português de Geo-História e Pré-História (CPGP).

Na parte Norte do território atual da Chamusca é possível encontrar vestígios de ocupação Romana, à semelhança de toda a região do Vale do Tejo, que foi alvo de uma forte romanização após as campanhas de Décimo Júnio Bruto no séc. I a.C. (ALARCÃO, 2002).

O território atual do Concelho da Chamusca encontra-se dentro da *civitas* de *Scallabis* (ALARCÃO, 2002: 45). No Norte deste Concelho localiza-se o possível limite desta *civita* representado pela Ribeira da Foz e o seu vale. No seu seguimento encontra-se a atual fronteira administrativa entre o Concelho da Chamusca e o de Constância. Esta zona do Norte do Concelho da Chamusca seria então uma zona de fronteira entre as *civitas* de *Scallabis* e de *Aritium Vetus*, isto admitindo que *Aritium Vetus* era de fato capital de *civitas* (ALARCÃO, 2002: 45; 2004: 4). Não obstante, na Carta Arqueológica de Constância (BAPTISTA, 2004: 173-174) é proposto outro limite de fronteira entre as *civitas* de *Scallabis* e de *Aritium Vetus*, colocando assim (...), a Ocidente, ao longo do Zêzere até ao Tejo continuando pelo Arripiado, à Chamusca. Prosseguiria a fronteira a Sul subindo a ribeira de Ulme até ao Semideiro (BAPTISTA, 2004: 173-174). Esta teoria encontra-se apoiada com os dados provenientes da Quinta da Arrezima no Pinheiro Grande, e referentes à lápide funerária² (Mapa I, Sítio n.º 21), devido ao antropónimo que poderá ter relação com o topónimo antigo “*Aritium*” (ALARCÃO, 1988: 115). Com os dados

² D (is) · M (anibus) · S (acrum) / ARICINAE [?] / HYPOLITVS / ANNO (rum) III (trium) / H (ic) · S (ita) · E (st) · / S (it) · T (ibi) · T (erra) · L (evis) - Consagrado aos Deus Manes / Hipólito a Aricima, de três anos / Aqui jaz/ Que a Terra te Seja Leve (ENCARNAÇÃO, 1984, pp. 700-701).

disponíveis, não foi possível chegar a uma conclusão sobre este assunto, pelo que ficamos apenas por uma proposta de limite.

Perto deste mesmo limite Norte, destacamos o lugar do Arripiado, na Carregueira (Mapa I, Sítio n.º 1 e 2), situado perto de 5 Km de distância do limite da *civita* de *Scallabis*, da foz da Ribeira da Foz, onde foi descoberto um mosaico romano (CHAVES, 1937: 57; SAA, 1956: 240-241). O mosaico teria 5 metros de comprimento e 3 metros de largura, dividido em três secções e policromático. Contudo apenas se sabe da existência de três tesselas depositadas no Museu Nacional de Arqueologia (ABRAÇOS, 1999: 358), e uma fotografia tirada em 1921 aquando a descoberta deste achado (Figura I). Este vestígio poderá indiciar estarmos perante uma *villa*. Efetivamente trata-se de um componente de meio urbano inserido no meio rural, que se encontra diretamente e normalmente ligado à existência de *villae* no território português (CARNEIRO, 2005: 49).



Fig. 1 - Fotografia do mosaico, tirada em 1921. In SAMOUCO DA FONSECA J.J. (2001) - *História da Chamusca, das origens a 1643*. Volume I. Chamusca: C.M. Chamusca. Pp. 1112.

Este mosaico é o único vestígio que nos permite indicar positivamente a presença de uma *villa* no Concelho da Chamusca. Foi também descoberto associado ao mosaico, alicerces de estruturas pétreas e cerâmica de construção (ALARCÃO, 1988: 114). Não sabendo as dimensões das construções ali existentes, nem o modelo

arquitetónico rural aplicado, apontamos que esta *villa* seguisse o modelo mais comum de *villae* no território português, articulando uma *pars urbana* e uma *pars rustica*, sendo que poderia também conter uma *pars fructuaria* (CARVALHO, 1993: 274-275). Este modelo é possível adaptar-se a este local devido à sua localização geográfica e à forte aptidão agrícola dos campos na sua envolvência. Esta *villa* encontra-se também apontada nas fontes com uma possível associação a um porto, descrito nas fontes bibliográficas como *testa da barca* (SAA, 1964: 136). É apontado então que fosse nas imediações desta *villa* que se fizesse a ligação da margem esquerda do Tejo com a margem direita, a travessia do Arripiado para Tancos, percurso esse que foi sempre utilizado ao longo de vários séculos (MANTAS, 2012: 166).

A localização dos sítios e possíveis sítios arqueológicos que demonstram um povoamento de carácter rural para a época Romana, no território do Concelho da Chamusca, encontram-se diretamente influenciados pelo traçado das *vias*. Terá sido através dessas mesmas *vias* que se procedeu à romanização de toda aquela zona.

Os vários vestígios de superfície identificados como pertencentes ao período Romano encontram-se na sua grande maioria associados ao traçado destas *vias*, possivelmente por ser, assim, a única forma de comunicação existente entre as várias zonas deste território. É possível identificar duas *vias* mencionadas no *Itinerário de Antonino* que ligavam a capital *Emerita Augusta* a *Olisipo*, as *vias XIV* e *XV* (MANTAS, 2002, 109-110; 2012: 146). Destacamos sítios como a Lagoa Grande³ em Ulme (Mapa I, Sítio n.º 53) e Meirinho⁴ em Vale de Cavalos (Mapa I, Sítio n.º 115), em que os vestígios de superfície são evidentes de uma possível ocupação. O lugar da Lagoa Grande encontra-se identificado com a hipótese de uma *Estação de Muda* (LIZARDO et al., 1987; SAA, 1964: 136), contudo não passa de uma mera hipótese assente apenas na identificação de materiais de superfície, como cerâmica de construção, cerâmica comum, *sigillata*, fragmentos de lucerna e moedas de bronze atribuídas aos sécs.: III/IV (LIZARDO et al., 1987; MARQUES, 2002: 28). No lugar do Meirinho foram identificados os seguintes materiais: cerâmica de construção, *tegulae* e *imbrices*, relativamente bem conservados e com alguma dimensão e, ainda, alguma cerâmica comum.

³ CNS: 30082.

⁴ CNS: 15251.

Associados a esses dois lugares descritos anteriormente é possível encontrar referência a alguns marcos miliários que se localizavam nas imediações destes mesmos locais, como dois marcos miliários, dedicados ao Imperador Tácio e ainda o fragmento de outro marco (ENCARNAÇÃO, 1984: 725-726) (Mapa I, Sítio n.º 116 até à 118) e o marco miliário de Flávio Valério Constantino, encontrado por Mário Saa perto da Lagoa Grande, no Casal da Pocariça (ENCARNAÇÃO, 1995: 643) (Mapa I, Sítio n.º 54).

Ainda que não se conheça a funcionalidade exata daqueles sítios, mas a sua existência está indubitavelmente relacionada com as principais *vias* de comunicação durante a época Romana (MANTAS, 2012: 166).

Devido às características geográficas do território a que corresponde o Concelho, marcado não só pela Lezíria mas também por uma Charneca acidentada, onde se coloca a possibilidade da existência de outras *vias* e caminhos para além destas *vias publicae*. É credível que existissem *vias* secundárias que tinham como principais objetivos cumprir funções de caráter regional ou local (MANTAS, 2012: 265). Das secundárias poderiam existir *vias* de alternativa às *vias* principais, que ligavam *civitates* a outras *civitates* e/ou outros locais significativos, ou simplesmente caminhos alternativos às grandes *vias* imperiais. Para além desse tipo de *vias*, deveriam existir caminhos mais modestos como, por exemplo, as *viae vicinales*, cuja denominação deriva de *vicus* (pequeno povoado rural). Estes constituíram a parte mais numerosa, e pior conhecida, da rede viária, (...) o conceito de *viae vicinales* indiscriminadamente os caminhos destinados a desencavar pequenas povoações à margem das estradas principais e simples caminhos rurais (MANTAS, 2012: 281).

É colocada a hipótese da rede de caminhos implantada neste território servir não só, os espaços rurais e as várias explorações agrícolas que se encontravam dispersas pela Charneca, mas também os lugares que se implantavam nos vales das principais ribeiras.

Estes possíveis *vici* ou casais agrícolas seguem um padrão de implantação no território que resulta naturalmente da existência do fator agropecuário, procurando não só a abundância dos recursos hídricos, mas também os solos ricos e férteis que caracterizam todos os vales ribeirinhos no Concelho. Destes locais destacamos os vários vestígios que foram identificados e referenciados nas fontes bibliográficas indicando a presença de cerâmica comum, *sigillata*, fragmentos de ânforas, *tegulae*, *imbrex* e alguns achados numismas em certos locais (MARQUES, 2002: 28; 33) na margem direita da

Ribeira de Ulme até ao lugar do Tamazim (Bemposta, Abrantes) (Mapa I, Sítio n.º 56 até à 63).

Dos elementos do povoamento rural romano já descritos e demonstrados anteriormente, sublinhamos também, o *casal*, caracterizado como *unidade de exploração de média dimensão (...) onde a vocação rural é evidente, com grande percentagem de materiais vocacionados para atividades rusticas (pesos de tear, mós, dolia ...)*. A sua repartição espacial também está longe de ser homogênea, observando-se maior concentração em torno de terrenos agrícolas favoráveis ou a lugar de passagem (CARNEIRO, 2005: 49-50). Este tipo de assentamento encaixa nas características geográficas deste território e, também, demonstra o carácter rural que representa com o seu modelo base.

Com exemplo de um possível local que segue este modelo apresentamos o sítio da Galega Nova⁵ (Mapa I, Sítio n.º 3) localizado na Herdade da Galega Nova na Carregueira, onde foi possível recolher uma amostra considerável de materiais que foram estudados, nomeadamente: cerâmica comum, 1 peso de tear; terra *sigillata hispânica*; fragmentos de vidro; um elemento dormente de uma mó em granito, côncavo, de furo central; um bronze de Constantino da 2ª década do séc.: IV d.C. e ainda disco de lucerna com uma cena erótica, datável de Augustos aos Flávios (DIOGO, 1987: 6-10). O autor coloca uma baliza cronológica para os achados, desde meados do séc.: I e o séc.: IV d.C., sendo que destaca o sítio que poderá ter tido maior utilidade nos finais do séc.: I e durante o séc.: II d.C (DIOGO, 1987: 5).

Apesar de Dias Diogo apontar a possibilidade deste local ser uma *villa* (DIOGO, 1987: 5), os dados que dispomos não nos permitem tirar a mesma conclusão. Pelo contrário, os materiais que foram publicados indiciam estarmos perante a presença de um *casal*, indo de encontro com a definição acima referida. Contudo, não passa de uma hipótese, pois é necessário proceder a intervenções arqueológicas para se poder afirmar a natureza correta deste local.

Um dos locais que no nosso ponto de vista merece que se proceda a um estudo mais aprofundado, é o lugar que se encontra nas fontes bibliográficas referido como *Castelo de Ulme* (Mapa I, Sítio n.º 70), situado no Alto de Santa Marta em Ulme. Para a descrição deste local não só temos a indicação de terem existido vestígios de uma fortificação (ALMEIDA, 1946: 275), mas também, foram identificados vários vestígios

⁵ CNS: 873

de cerâmicas romanas, e numismas cuja cronologia aponta para os séc.: III/IV d.C. (MARQUES, 2002: 28-29). Atualmente, não é possível recolher mais informações acerca deste local, sendo que não existe nenhuma proposta de cronologia para a fortificação, e com os dados que dispomos não nos permitem apontar uma cronologia concreta. Contudo, a ocupação em época Romana do local encontra-se documentada e registada através de vários materiais. Apesar disso, aquele local, presentemente, não apresenta qualquer vestígio tanto da ocupação Romana como da fortificação, porque em época Moderna existira uma ermida naquele local, e atualmente, foi implantado um reservatório de água no mesmo local. Estas construções poderão ter afetado de forma permanente o sítio, mas sem uma avaliação mais detalhada e aprofundada a nível arqueológico, ficamos apenas com as várias teorias e hipóteses que podemos apontar para aquele local.

Um pouco por todo o território do Concelho da Chamusca poderia, também, ter existido uma exploração de recursos minerais dentro da exploração de recursos naturais, ligados a este modelo de povoamento rural. Esta hipótese coloca-se por se encontrar a presença, em grande quantidade, de escórias de ferro em diversos pontos do território associados a locais com presença, ou possível presença, em época Romana (MARQUES, 2002: 30; MATIAS, 2003: 12-13; SAMOUCO, 2001: 20). Este cenário poderá ser possível, visto ser uma situação recorrente em vários outros locais do território português (ALARCÃO, 1997).

Através das fontes bibliográficas e de relatos recolhidos junto da população local, foram identificadas várias referências a achados de numismas atribuíveis à época Romana. Estas referências mencionam descobertas de moedas um pouco por todo o território, tendo sido encontradas nos campos por habitantes e trabalhadores rurais locais. Muitos destes achados encontram-se na posse de particulares, tendo alguns deles terem passado de geração em geração. No entanto, tratam-se na sua maioria de achados isolados, e o local inicial onde foram encontradas já se perdeu no tempo.

Assim destacamos no campo dos numismas, a referência da descoberta de dois tesouros. Entenda-se tesouro como um conjunto de várias moedas encontradas juntas, neste caso localizados na freguesia de Ulme. O tesouro do lugar do Casal Freixo na Quinta da Murta que se encontra atribuído aos séc.: III/IV d.C. (SAMOUCO, 2001: 16-18), e o tesouro do Casal do Pinhão ao qual não foi possível atribuir cronologia

(SAMOUCO, 2001: 16). Ambos foram encontrados durante trabalhos agrícolas e de florestação onde se efetuaram grandes revolvimentos de terras, mas as fontes bibliográficas apenas fazem menção a este achado, não referindo outro tipo de materiais que também possam ter aparecido.

No território existem várias menções à descoberta de sepulturas atribuídas à época Romana. A existência de espaços funerários desta natureza vem, de certo modo, comprovar a existência de um povoamento de época Romana. Os vestígios desses espaços funerários que temos registo, foram descobertos, e consequentemente, destruídos, durante as atividades agrícolas realizadas em todo o séc.: XX. Destacamos sepulturas encontradas associadas a outros vestígios romanos como a da Quinta das Trevas (Chamusca) e a do Meirinho (Vale de Cavalos); e ainda outra que foi registada no sítio do Casal do Outeiro (Vale de Cavalos) (Mapa I, Sítio n.º 20, 35 e 115). Esses achados encontram-se descritos nas fontes bibliográficas como (...) *sepulturas romanas, de tijolo, tendo no interior, mistura com algumas moedas, vasos lacrimatórios* (...) (SAMOUCO, 2001: 20-22). As descrições são raras e muito incompletas, mas não deixam de ser um dado importante para a comprovação e compreensão do povoamento rural Romano deste território. Outro fator que importa destacar em relação à localização destas sepulturas é que todas elas foram identificadas junto a *vias*, nomeadamente, ao longo do percurso da atual EN 118. Um padrão que é visível noutros locais no que diz respeito a necrópoles de época Romana (CARNEIRO, 2005: 51).

São igualmente conhecidas algumas epígrafes romanas, nomeadamente, três inscrições de caráter funerário: a placa funerária do Casalinho (SILVA, 1989), a inscrição funerária de Ulme (ENCARNAÇÃO, 1984: 499) e a Lápide da Arrezima já referida neste artigo (Mapa I, Sítio n.º 21, 64 e 66). E também, uma inscrição de caráter honorífico, a ara da Junqueira (ENCARNAÇÃO, 1984: 700-701) (Mapa I, Sítio n.º 68).

Um achado isolado de caráter bélico, constituído por um conjunto de glandes de chumbo referente à época Romana, foi encontrado no Casal da Cascalheira (Ulme) em 1920. Foram posteriormente doados alguns desses objetos por José Félix Pereira a José Leite Vasconcelos (SAMOUCO, 2001: 22-23) que os depositou no Museu Nacional de Arqueologia. O conjunto de 9 *glandes plumbeae* foram posteriormente estudadas por Amílcar Guerra (1987) que indica que foram produzidas por um processo de moldagem de forma oliviformes, com um peso médio de 38g; e de dimensões médias

de 33mm de comprimento por 16mm de espessura (GUERRA, 1987: 167). Este conjunto foi encontrado num local fronteiriço entre a Freguesia de Ulme (Chamusca) e a Freguesia de Bemposta, Concelho de Abrantes. Do lado pertencente a Freguesia de Bemposta, mais propriamente, no Casal Tamazim, encontra-se um espólio bastante expressivo de vestígios de época Romana, fato que levou, recentemente, alguns investigadores a colocar a hipótese de se tratar de um sítio único, separado atualmente pelos limites administrativos (PIMENTA, 2013: 55-56).

5. Notas Finais

Os dados apresentados, ainda que introdutórios e de necessitarem, claramente de estudos mais aprofundados, mostram uma notória existência de vestígios de ocupação Romana, que nos levam a afirmar, possivelmente, tratar-se de um tipo de povoamento de carácter rural.

Os vestígios analisados e estudados, na sua grande parte, vão de encontro aos sécs.: I ao V d.C, correspondendo à intensificação da Romanização no território português. O conhecimento desta paisagem rural Romana, neste caso a que predominava no período Imperial, é ainda muito desconhecido, não passando de uma série de hipóteses e teorias na sua maioria.

A inexistência de sítios escavados que nos permitam conhecer as funções, economias e cronologias específicas de cada ocorrência, ou até mesmo um estudo mais aprofundado da cultura material e a sua dispersão no terreno, dificultam ilações mais precisas. Existe, também, uma vasta parte do território para o qual não detemos qualquer informação sobre vestígios ou achados isolados, condicionando uma leitura completa do povoamento deste território, limitando a sua formação, organização e implantação.

Na região onde se insere o Concelho da Chamusca conhecem-se vários sítios romanos importantes, nomeadamente, nos Concelhos de Abrantes⁶ e de Constância (BAPTISTA, 2004).

A recente aposta do Município da Chamusca no levantamento arqueológico do Concelho, com o projeto da Carta Arqueológica, promove a salvaguarda, proteção,

⁶ Disponível em: <http://cm-abrantes.pt/images/documentos/cultura-e-patrimonio/patrimonio/carta-arqueologica/carta.html>

conservação e valorização do património histórico-arqueológico do território em causa, incluindo naturalmente o que se insere na época Romana. Com a elaboração deste projeto prevê-se que surjam novos dados que ajudem a perceber o povoamento Romano deste território.

A dimensão, dispersão e natureza da ocupação Romana no Concelho da Chamusca começa dá assim os primeiros passos. Revelando, o povoamento Romano em cerca de 746 Km², divididos entre a Lezíria e a Charneca, cravados no *coração do Ribatejo*.

Bibliografia

- ABRAÇOS, M. F. (1999) – Contributo para a história e inventário dos mosaicos romanos do Museu Nacional de Arqueologia. In *O Arqueólogo Português*. Série IV, Vol. 17. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 345-397.
- ALARCÃO, J. de (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Ars & Phillips.
- ALARCÃO, A. M., ed. (1997) – *Portugal romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ALARCÃO, J. de (2002) – Scallabis e o Seu Território. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 37-46.
- ALARCÃO, J. de (2004) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – II. *Revista Portuguesa De Arqueologia*. Vol. 7. Número 2. 193-216.
- ALMEIDA, J. de (1946) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. Volume II (Distritos de Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém). Lisboa: Edição do Autor.
- BAPTISTA, Á. (2004) – *Carta Arqueológica de Constância*. Constância: ESCORA – Associação de Jovens para a Preservação Cultural e Arqueológica de Montalvo.
- CARNEIRO, A. (2005) – *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*. Lisboa: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Fronteira.
- CARVALHO, A. (1993) – As villae. In MEDINA, J. (ed.) – *História de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Ediclube.
- CHAVES, L. (1937) – Mosaicos Lusitano-Romanos Em Portugal. “Antiquitates”. In *Revista de Arqueologia*. Lisboa: [s.n.]. Vol. III.
- COELHO, A. M. (1995) – *Cadernos da Ascensão. A Água*. Chamusca: Câmara Municipal da Chamusca.

- DIAS DIOGO, A. M. (1987) - *Estação Romana da Galega Nova (Carregueira, Chamusca) - Notícia da sua identificação*. Chamusca: Câmara Municipal da Chamusca.
- ENCARNAÇÃO (d'), J. (1984) - *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- ENCARNAÇÃO (d'), J. (1995) - "A colecção epigráfica de Mário Saa no Ervedal". [Em linha] *Humanistas*, vol. 47. [S.l. s.n.] pp. 629-645. [Consult. 18 fev. 16]. Disponível em <URL: http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanistas47/41_Encarnac_ao.pdf>.;
- GOMES, J., OOSTERBEEK, L., GRAÇA, A. (2004) - *Povoamento Pré-histórico da Chamusca*. In Martí, E. A; Martín, J. M. (coord.) - *Actas del 1er Congreso Peninsular de Estudiantes de Prehistoria, 8, 9, 10 y 11 de abril de 2003*. Pp. 212-219. [Texto Policopiado].
- GONÇALVES, F; ZBYSZEWSKI, G.; CARAVALHOSA, A. e COELHO, A. P. (1979) - *Carta Geológica de Portugal, Escala 1/50 000. Notícia Explicativa da Folha 27-D*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 75.
- GUERRA, A. (1987) - *Acerca dos projectos para Funda da Lomba do Canho (Arganil)*. In *O Arqueólogo Português*. Série IV, Vol. 5. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. 161-177.
- LIZARDO, B. ET AL. (1987) - *Indícios de uma via Romana no Concelho da Chamusca - contributo para o seu estudo*. Chamusca: C.M. Chamusca.
- MANTAS, V. G. (2002) - *A Rede Viária de Scallabis*. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 107-112.
- MANTAS, V. G. (2012) - *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- MARQUES, J. J. (2002) - *Ulme: Uma Vila: A História E Suas Tradições: Monografia*. Ulme: Junta de Freguesia do Ulme.
- PIMENTA, J. (coord.) (2013) - *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo): Vila Franca de Xira e a conquista romana do Vale do Tejo*. [Museu Nacional de Arqueologia: catálogo de exposição] [Em linha]. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. [Consult. 18 fev. 16]. Disponível na internet: <URL: <https://issuu.com/cmvmfx/docs/catalogodivulg?e=1154165/2542906>>.

- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1987) – *Geografia de Portugal. I – A Posição Geográfica e o Território*. Vol. I. Lisboa: Edições João Sá da Costa, LDA.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1988) – *Geografia de Portugal. II – O Ritmo Climático e a Paisagem*. Vol. II. Lisboa: Edições João Sá da Costa, LDA.
- S.A. (1995) - *Plano Diretor Municipal – Relatório*. S.l.:GEOIDEIA – Estudos de Organização do Território, Lda^a. [Texto policopiado].
- SAA, M. (1956) – *As Grandes Vias da Lusitânia (O Itinerário de Antonino Pio)*. Vol. I. Lisboa: Ed. dos Autos.
- SAA, M. (1963) – *As Grandes Vias da Lusitânia (O Itinerário de Antonino Pio)*. Vol. IV. Lisboa: Ed. dos Autos.
- SAA, M. (1964) – *As Grandes Vias da Lusitânia (O Itinerário de Antonino Pio)*. Vol. V. Lisboa: Ed. dos Autos.
- SAMOUCO DA FONSECA J.J. (2001) - *História da Chamusca, das origens a 1643*. Volume I. Chamusca: C.M. Chamusca.